

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

GABRIELA SABRINA DA SILVA SOUZA

**PERSPECTIVAS DE MÃES ADOLESCENTES SOBRE O ACOLHIMENTO EM
CASA LAR**

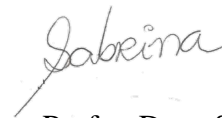
SÃO CARLOS

MARÇO – 2023

GABRIELA SABRINA DA SILVA SOUZA

**PERSPECTIVAS DE MÃES ADOLESCENTES SOBRE O ACOLHIMENTO EM
CASA LAR**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para aprovação na disciplina Pesquisa em Psicologia: Monografia 4.



Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Mazo D'Affonseca

São Carlos – SP

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo.

Agradeço à minha querida mãe Patrícia e ao meu querido pai Vanderlei que sempre estiveram do meu lado, me apoiando e me incentivando, especialmente nos meus momentos mais difíceis, eles não mediram esforços pra que este sonho se realizasse.

Agradeço aos meus avós, Alaíde e João, por todo o apoio e suporte que me forneceram, por cuidarem de mim, se preocuparem comigo e demonstrarem muito amor.

Agradeço à minha querida orientadora, Profa. Sabrina, por toda a paciência e por ter um trabalho excepcional em todas as suas atividades, nesta orientação de monografia não foi diferente. Recebi muito apoio e força para não desistir, mesmo quando achava que talvez não seria possível de concluir minha pesquisa, por diferentes razões, que estavam fugindo do meu controle, a Sabrina sempre me trazia alguma alternativa, me ajudava a enxergar os caminhos que eu poderia percorrer, sou muita grata por isso.

Agradeço às minhas amigas, Ana, Ellen, Luiza e Marília que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado durante essa longa caminhada, para quem muitas vezes compartilhei momentos de tristeza e alegria, vocês tornaram tudo mais leve.

RESUMO

O acolhimento de crianças e adolescentes ocorre quando esgotam-se os recursos ou possibilidades da permanência da criança ou adolescente em sua família de origem e, em consequência, há o afastamento do convívio familiar como forma de garantir a proteção destes. O acolhimento institucional em Casa Lar surge como uma proposta para satisfazer os cuidados personalizados e em pequenos grupos por cuidadores que estimulem o desenvolvimento de relações afetivas semelhantes ao ambiente familiar. O presente estudo teve como objetivo analisar as experiências de adolescentes no acolhimento em Casa Lar voltada para jovens mães. Participaram duas jovens, uma recém-acolhida e outra egressa, ambas primíparas. Foi realizada uma entrevista remota por meio da plataforma google meets com as participantes. As entrevistas foram transcritas e foi realizada a análise temática das mesmas. Os resultados demonstraram que a perspectiva das adolescentes sobre o acolhimento foi considerada positiva, e que este ambiente institucional se configurou como um espaço que promoveu afeto, segurança e cuidado. Discute-se a necessidade de políticas públicas que atuem na institucionalização prolongada de crianças e adolescentes em acolhimento, e medidas que contribuam para a constante capacitação dos profissionais vinculados ao serviço.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Casa Lar. Adolescentes.

ABSTRACT

Institutional care of children in Brazil occurs when there are no more resources or possibilities for the child or adolescent to remain in their family of origin and, as a result, there is a separation from family life as a way of guaranteeing their protection. Foster care at Casa Lar emerges as a proposal to satisfy personalized care and in small groups by caregivers that stimulate the development of affective relationships similar to the family environment. The present study aimed to analyze the experiences of adolescents in Young mother's Casa Lar. Two young women participated, one newly welcomed and the other discharged, both primiparous. A remote interview was carried out through the google meets platform. The interviews were transcribed and a thematic analysis was carried out. The results showed that the adolescents' perspective of Casa Lar was considered positive, and that this institutional environment was configured as a space that promoted affection, security and care. It discusses the need for public policies that act in the prolonged institutionalization of children and adolescents in foster care, and measures that contribute to the constant training of professionals linked to the service.

Keywords: Institutional Reception. Home. Teenagers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
MÉTODO	7
Participantes	7
Instrumentos	7
Procedimento	8
<i>Etapa 1. Aspectos éticos</i>	8
<i>Etapa 2. Parceria com o Centro Especializado em adolescentes em situação de vulnerabilidade que estão gestantes.</i>	8
<i>Etapa 3. Recrutamento das participantes</i>	10
<i>Etapa 4. Coleta de dados</i>	10
<i>Etapa 5. Análise de dados</i>	11
RESULTADOS	12
<i>Maternidade</i>	14
<i>A Casa lar</i>	15
<i>Aspectos psicológicos</i>	16
DISCUSSÃO	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	37
ANEXO 2 - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	40
ANEXO 3 - Roteiro de entrevista	43

INTRODUÇÃO

A família constitui o elemento central do cuidado, considerando que é a partir dessa que se inicia o processo de socialização, no qual os sujeitos permanecem interligados por laços afetivos e de afinidade e recebem as bases para o seu desenvolvimento (Mariano et al, 2014; Aloraldo & Couto, 2017). A convivência em família promove a estruturação e organização da construção da identidade do indivíduo e, portanto, é vista como um lócus privilegiado para que o desenvolvimento infantil possa ocorrer com bases seguras e satisfatórias, pautada por relações de afeto de qualidade e significativas (Cuneo, 2009; Mariano et al, 2014).

Contudo, é necessário considerar que as famílias nem sempre conseguem garantir um ambiente apropriado ao desenvolvimento infantil, de modo a atender suas necessidades individuais adequadamente (Negrão et al, 2019; Cuneo, 2009). Segundo Pessoa et al (2018), a violação dos direitos da criança e do adolescente é recorrente na sociedade brasileira, e esta pode ocorrer em diferentes níveis e de diferentes formas, sendo, na maior parte, por meio da violência dentro do ambiente intrafamiliar. Assim, a exposição das crianças à violência, seja ela direta (direcionada à criança) ou indireta (testemunhar violência contra pessoas próximas), pode acarretar em consequências consideradas prejudiciais para o seu desenvolvimento.

O ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990; Martins et al., 2010), no artigo 19 prevê que *“toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”* (Lei No. 8.069/ 1990). Ainda, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) reforça a importância da convivência familiar e comunitária para o

desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não devem ser concebidos dissociados de sua família, do contexto sociocultural e de todo o seu contexto de vida (BRASIL, 2006).

Há casos em que o afastamento do convívio familiar é considerado a medida mais adequada para garantir a proteção da criança e do adolescente, sendo essas consideradas medidas excepcionais aplicadas apenas nas situações de grave risco à integridade física e/ou psíquica das crianças (Brasil, 2009). Dessa forma, o ECA estabelece que quando são esgotados os recursos ou possibilidades da permanência da criança ou adolescente na família de origem, deve-se buscar a integração da criança em uma família substituta, definitiva por meio da adoção ou, provisoriamente, que objetiva a reintegração familiar, na forma de tutela, guarda ou, ainda, a colocação em acolhimento institucional (Brasil, 1990; Costa, 2009).

Dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, atualizados em março/2023¹, indicam que no Brasil havia 31887 crianças e adolescentes acolhidos, 50,4% do sexo masculino e 49,6% do sexo feminino. 28,4% dos acolhidos (n=9047) estavam na primeira infância (0-6 anos); 27,8% (n=8865) na segunda infância (6-12 anos) e 43,8% (n=13941) eram adolescentes (12 a 18 anos).

Rizzini (2006) destaca que as principais causas que levam ao afastamento da família são as situações classificadas como violações de direitos da criança, mencionadas no ECA. Dentre os fatores, faz menção aos maus tratos vivenciados pela criança dentro de seu lar, como o abuso físico, negligência, abuso sexual, exploração pelo trabalho infantil, entre outros. Dados do Diagnóstico Nacional da Primeira Infância (CNJ, 2022), indicam que em 2020, mais de 30 mil crianças e adolescentes estavam acolhidos no país, sendo que a negligência representava cerca de 30% dos motivos de acolhimento, seguidos por conflitos em ambiente familiar (15%) e drogadição de integrantes da família (8%).

¹ <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a-736269930c6b&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.cursel&select=clearall>

Os impactos do afastamento ou abandono das crianças e adolescentes do convívio familiar podem ser minimizados, caso o atendimento no serviço de acolhimento esteja em condições adequadas para propiciar experiências reparadoras a elas e promover a retomada do convívio familiar (Brasil, 2009). O acolhimento institucional é considerado uma medida excepcional e provisória, a qual, segundo o ECA (1990), no artigo 19, parágrafo 2, a permanência da criança ou do adolescente em serviço de acolhimento não deve exceder 18 meses, exceto em situações de comprovada necessidade. Em março de 2023², 39,2% (n=12457) das crianças e adolescentes estavam cerca de 6 meses em acolhimento; 23,6% (n=7504) de 6 meses a um ano; 18,5% (n=5878) de 1 a 2 anos; 6,5% (n=2054) de 2 a 3 anos e 12,3% (n=3912) acima de 3 anos.

Existem diferentes modalidades de serviços de acolhimento institucional para atender de forma efetiva às necessidades das crianças e adolescentes, podem ser: abrigos institucionais, casas lares e casas de passagem, enquanto na modalidade de acolhimento familiar se encontram as chamadas famílias acolhedoras. Essas modalidades ocorrem quando famílias e/ou indivíduos tiveram os seus vínculos familiares rompidos ou fragilizados e devem considerar as particularidades de cada sujeito, como a idade, histórico de vida, motivos do acolhimento, situação familiar, condições emocionais e de desenvolvimento, dentre outras (Brasil, 2009; Brasil, 2013; Aloraldo & Couto, 2017). No Brasil, há o registro de 6131 serviços de acolhimento registrados pelo CNJ, a maioria da região sul (n=2045) e sudeste (n=4270), sendo 97,9% acolhimento institucional e 2,1% famílias acolhedoras. Destaca-se que, dos 3.118 Serviços de Acolhimento existentes no Brasil, 87% foram Serviços de Acolhimento Institucional (2000 Abrigos Institucionais e 759 Casas-Lares)

Cumpré destacar que a institucionalização, quando prolongada, impede a ocorrência de condições favoráveis ao bom desenvolvimento da criança ou adolescente, além de violar o

² <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a-736269930c6b&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=clearall>

direito fundamental à convivência familiar. As potencialidades biopsicossociais das crianças ficam restritas à dinâmica institucional, por conta da submissão a rotinas e disciplinas rígidas, do convívio restrito às mesmas pessoas, a falta de convívio em família, dificultando as trocas afetivas significativas e a atenção individualizada (Cuneo, 2009; Rossetti-Ferreira, 2012; Aloraldo & Couto, 2017).

Nesse cenário, em busca de satisfazer às necessidades de cuidados personalizados e em pequenos grupos, por cuidadores que estimulem o desenvolvimento de relações afetivas semelhantes à família, sem substituí-la, surge como uma proposta alternativa, por exemplo, o acolhimento em Casa-Lar (Zaratini & Costa, 2018). Trata-se de um serviço de acolhimento provisório em unidades residenciais, com número reduzido de crianças e adolescentes, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, em uma casa que não é de sua propriedade (Brasil, 2009; Brasil, 1990). Esse serviço busca o desenvolvimento de relações semelhantes ao ambiente familiar, promovendo a construção de relações estáveis e afetivas com profissionais, hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade (Brasil, 2009; Zaratini & Costa, 2018). Além disso, o atendimento deve envolver o acompanhamento às famílias de origem, com a possibilidade de reintegração familiar, favorecendo a preservação do vínculo entre grupos de irmãos e a permanente comunicação com a Justiça da Infância e da Juventude e à articulação com a rede de serviços (Aloraldo & Coldo, 2017; Brasil, 2009; Brasil 2013).

As casas-lares, enquanto modalidade de instituição de acolhimento, são compostas por, no máximo, 10 crianças e adolescentes com idades de 0 a 18 anos sob medida protetiva. O educador/cuidador/residente são responsáveis pelos cuidados e organização da rotina da casa. As rotinas são consideradas flexíveis, menos institucional e mais próxima a uma rotina familiar, sendo que tanto os profissionais quanto as crianças possuem papel importante nas

decisões relacionadas à rotina da casa, permitindo que as crianças se reconheçam como parte integrante do grupo, com seus direitos e deveres (Brasil, 2009; Incrocci & Pimenta, 2013).

Conforme exposto por Incrocci e Pimenta (2013), o que diferencia as casas-lares das demais instituições de acolhimento é justamente a existência de um espaço que permita às crianças a construção de sua individualidade, respeitando suas particularidades, além da possibilidade de participar de atividades extraescolares, fortalecendo o vínculo com a comunidade. Assim, a partir do momento em que a criança ou adolescente acolhido tem o seu espaço próprio garantido e papéis e regras definidas, que permitem uma referência pessoal ao sujeito, este poderá encontrar seus próprios parâmetros para se colocar como um sujeito ativo no meio em que vive (Sequeira, 2009).

No entanto, há relatos de admissões sem treinamento suficiente em casas lares, e quando ocorre a capacitação dos cuidadores, parece estar menos voltado para o contato afetivo com as crianças e adolescentes acolhidos e mais para atender aos cuidados físicos e às necessidades da instituição (Zaratini & Costa, 2018; Sequeira, 2009). Acioli et al (2018) destaca o despreparo dos educadores frente às situações de crianças e adolescentes com histórico de vulnerabilidade, privação e falta de convívio familiar, o que pode se apresentar como um fator de risco para a vivência prolongada no acolhimento.

As crianças e adolescentes com histórico de abandono acabam por demandar maior carga de trabalho, disponibilidade e excessiva cobrança dos cuidadores, o que pode levar à condição de exaustão, estresse, desgaste físico, entre outros. Portanto, considera-se fundamental o acompanhamento da atuação com psicóloga e/ou assistente social, para trabalhar as demandas em relação à saúde emocional dos profissionais e acolhidos (Zaratini & Costa, 2018).

Desse modo, é importante discutir e problematizar os serviços disponibilizados para atender o direito à convivência familiar e comunitária, bem como aqueles que se propõe a

"estabelecer os vínculos" (Aloraldo & Couto, 2017). Se a causa do acolhimento é a violação de algum dos seus direitos fundamentais, mesmo quando as crianças são acolhidas, muitas vezes, seus direitos continuam sendo violados. Nas situações de acolhimento, abrigo e adoção, a criança é o sujeito menos ouvido, pouco informado e escutado sobre os seus sentimentos, medos e suas experiências (Rosseti-Ferreira, 2012).

Sendo assim, Acioli et al (2018) afirma que no Brasil há poucos estudos que investiguem a satisfação de crianças e adolescentes em acolhimento institucional e que refletem na escassez de estudos que busquem compreender as perspectivas e experiências desses sujeitos. Aloraldo e Couto (2017) revelam a importância de se compreender qual a percepção dos próprios usuários da política pública sobre o serviço disponibilizado. Considera-se a importância do olhar para a criança enquanto um ser social completo, produtor de cultura e influenciador das relações sociais e buscar dar voz a esses sujeitos (Incrocci & Pimenta, 2013).

Dessa forma, considerando a escassez de estudos que retratam as vivências e percepções das crianças e adolescentes vinculados às casas lares, além da importância de se dar voz a quem vive nessa modalidade de acolhimento, de modo a entender como se dá às relações de vínculo entre o acolhido e os cuidadores. Este estudo teve como objetivo compreender a percepção de jovens mães e/ou grávidas sobre o acolhimento na Casa Lar localizada no município de Campinas-SP.

MÉTODO

Participantes

A pesquisa contou com a participação de duas participantes aqui descritas com nomes fictícios de modo a preservar a identidade das mesmas. Safira, 22 anos, negra, mãe de uma criança de 5 anos, e egressa da Casa Lar. No momento da entrevista ela estava solteira e não exercia atividade remunerada. Ela foi acolhida no passado devido à violência física, verbal e sexual vivenciadas na família de origem. Safira não concluiu o ensino fundamental 1.

Pétala, 14 anos, parda, mãe de um bebê de 8 meses, tinha sido acolhida há cerca de um mês na Casa Lar no momento da entrevista. Pétala tinha sido acolhida devido a negligência, uso de drogas por parte dos cuidadores, violência física e abuso sexual pelo companheiro da mãe que levou a gestação do seu filho. Pétala continuava estudando e estava cursando o oitavo ano do ensino fundamental 2.

Instrumentos

Roteiro de entrevista semiestruturada elaborado pela pesquisadora com base no Roteiro de entrevista para crianças expostas à violência de Williams (2003). O roteiro era composto de 55 questões abertas, divididos em: (1) caracterização das participantes, com questões relativas à idade, escolaridade, autoidentificação de cor, situação conjugal, religião e se exerce trabalho remunerado; (2) percepção sobre o serviço de acolhimento, com questões relativas ao período e o motivo do acolhimento, relacionamento com os cuidadores e com as outras acolhidas, e se houve suporte/ajuda de outras pessoas que não estavam na Casa lar; (3) a família de origem, com questões relativas ao relacionamento com pai, mãe, irmãos e família extensa; (4) rotina na Casa lar, com questões relativas à divisão de tarefas; (5) relacionamentos interpessoais, com amigos, percepção sobre a escola, gostos e preferências

das participantes e que outras atividades exercem; (6) a gravidez, com questões acerca do tempo de gestação e se foi necessário cuidados especiais, relacionamento com o(a) filho(a), relacionamento com o pai da criança, descoberta da gravidez e a reação da família; (7) estado emocional da participante, com questões relativas ao que gosta e o que não gosta da situação atual, quem são as pessoas que considera mais importante no momento, com quem conversaria se estivesse chateada, se gostaria de mudar algo em si e condições de saúde (alimentação e sono); e (8) planos e expectativas para o futuro.

Procedimento

Etapa 1. Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos e aprovado sob o número CAAE: 5.507.484/CAAE: 54835521.3.0000.5504. As participantes só integraram o estudo após concordar com os Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexos 2), no qual estavam explicitados os objetivos da pesquisa, o tipo de dado que será coletado e a forma de participação. Além disso, era assegurado o sigilo das informações obtidas, a forma de divulgação dos dados e a possibilidade de desistência do participante a qualquer momento da coleta, sem qualquer tipo de prejuízo.

Etapa 2. Parceria com o Centro Especializado em adolescentes em situação de vulnerabilidade que estão gestantes.

A Organização Não Governamental (ONG) Aldeias Infantis SOS Brasil em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas mantém um centro de acolhimento provisório e excepcional de adolescentes grávidas e/ou com filhos de ambos os sexos e em situação de risco pessoal e social situado na cidade de Campinas-SP. A Casa Lar tem capacidade para

atender até 10 acolhidas por vez e as vagas são preenchidas de acordo com o direcionamento de organizações públicas, como Conselho Tutelar e Ministério Público.

Este serviço atua para que as adolescentes grávidas e/ou com filhos tenham seus direitos garantidos e possam desenvolver suas potencialidades e a conquista de maior grau de independência individual e social, a partir de um acompanhamento especializado, nutrido-as física e emocionalmente. Também, possibilitando o desenvolvimento da maternagem, estimulando um vínculo saudável entre a mãe e o bebê, garantindo um espaço de proteção para o desenvolvimento de sua gravidez. garantindo acesso aos serviços de saúde clínica e mental, lazer, esporte e cultura.

Além disso, também é um serviço que busca desenvolver com as adolescentes acolhidas condições para sua profissionalização, independência e autocuidado, garantindo o acesso à educação formal e a cursos profissionalizantes, incluindo a oferta de projetos/programas/atividades de preparação para o trabalho através da rede que executam os serviços. A Casa Lar busca a reintegração com a família de origem e a família extensa, quando possível, considerando o caráter provisório e excepcional do acolhimento, no entanto, quando esgotadas as tentativas de reintegração familiar, possibilita a inclusão em família substituta.

Após a assinatura da Carta de Anuência pelo responsável pela instituição e aprovação pelo CEP, o projeto foi apresentado aos profissionais da instituição via conferência pela plataforma do Google Meet esclarecendo sobre a pesquisa e seus objetivos. Foram respondidas as dúvidas dos profissionais e estabelecido a forma de encaminhamento das potenciais participantes.

Etapa 3. Recrutamento das participantes

Para o recrutamento das participantes a pesquisadora gravou um vídeo, de cerca de um minuto, como forma de convite às jovens mães acolhidas na instituição no momento da pesquisa ou que já tivessem passado pelo acolhimento. Nesse convite foi descrito o objetivo da pesquisa e a forma de participação, utilizando linguagem acessível e com o acompanhamento de legendas, para facilitar a compreensão. No período de recrutamento das participantes, a instituição contava com 2 jovens acolhidas. Para maximizar o alcance da pesquisa, a partir de uma reunião com a equipe da instituição, foi aberta a possibilidade de contatar egressas. Nesse processo, os membros da equipe da instituição disponibilizaram o contato de cinco egressas. Foi enviado o vídeo convite a todas, sendo que uma demonstrou interesse em participar da pesquisa.

Posteriormente, duas jovens foram recém-acolhidas e foi realizada uma conferência pela plataforma do Google Meets para realizar o esclarecimento acerca da pesquisa e o convite à participação, em conjunto com um membro responsável da equipe. Uma jovem concordou em participar da pesquisa.

Etapa 4. Coleta de dados

A coleta foi realizada no período entre 2 de setembro e 27 de outubro de 2022. Após o recrutamento das participantes, foi agendado um horário de acordo com a disponibilidade das mesmas para a realização da entrevista. Minutos antes da entrevista, a pesquisadora enviava via aplicativo de mensagens o link para acesso ao google meets. Antes de iniciar a entrevista, a pesquisadora solicitava autorização para a gravação da entrevista e, após a anuência da participante, dava-se início a gravação e a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As participantes deveriam manifestar sua concordância com os termos para dar prosseguimento à entrevista. Em seguida, a pesquisadora conduzia a entrevista a

partir do roteiro descrito na seção instrumentos. As entrevistas tiveram uma duração de cerca de uma hora. Posteriormente as entrevistas foram transcritas pela pesquisadora para a análise de dados.

Etapa 5. Análise de dados

Para a análise de dados da pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Em um primeiro momento a pesquisadora realizou a familiarização com os dados a partir de sua coleta, transcrição e revisão. Em um segundo momento, a partir de uma análise individual de cada entrevista, as entrevistas foram codificadas pela pesquisadora. Todos os códigos foram registrados em uma planilha do Excel. Posteriormente, esta planilha foi enviada para duas pesquisadoras voluntárias (estudantes do curso de graduação em psicologia). Cada uma realizou a codificação de uma das entrevistas de forma independente com base na lista de códigos elaborada previamente pela pesquisadora. Finalizada essa etapa, a pesquisadora comparou as análises realizadas de modo a identificar as concordâncias interobservadores. As divergências foram discutidas entre as pesquisadoras. A partir disso, foi elaborada uma tabela geral com as categorias, a saber: (1) Histórico de acolhimentos; (2) Motivos do acolhimento; (3) Relacionamentos; (4) Família de origem; (5) Maternidade; (6) Saúde e bem estar; (7) A Casa lar; (8) Aspectos psicológicos; (9) Escolarização; (10) Auxílio financeiro e (11) Ocupação profissional.

RESULTADOS

Tanto Safira quanto Pétala possui um histórico de passagem em outras instituições de acolhimento durante a infância e adolescência. Safira relatou que já havia passado por casas de acolhimento, e que estava em um abrigo, mas que por conta da gravidez, foi encaminhada para a Casa lar específica para adolescentes grávidas e/ou com filhos.

“É, porque no abrigo que eu engravidei, onde conheci o pai do meu filho, não podia ficar. Aí eu tive que ir para uma outra casa que era específica para mães e grávidas” (Safira).

Safira e Pétala foram vítimas de violência na família de origem durante a infância e parte da adolescência, o que culminou no acolhimento de ambas. Safira descreveu que o motivo de seu acolhimento estava relacionado com as violências física, verbal e sexual vivenciadas na família de origem e ao trabalho infantil: *“Eu sofri abuso sexual, abuso verbal, apanhava muito e não ia para a escola, e trabalhava muito...” (Safira)*. Além disso, Safira também descreveu o seu relacionamento com o agressor, seu pai biológico.

“Com o meu pai? Com o meu pai era horrível, o pior relacionamento que eu tive na minha infância foi com o meu pai, mas hoje eu amo ele [...] meu pai não teve uma educação, um amor fraterno e materno e foi assim. Eu entendo que o que o meu pai me deu, era o que ele tinha. Talvez você possa pensar “nossa, como é fácil ela falar que sofreu abuso e amar, né? ”. Eu confesso que odiava meu pai de todas as formas e com toda a minha força, mas quando Deus entrou na minha vida eu entendi que tudo tem um propósito. E quando eu olho para o meu pai eu peço para que a graça do senhor alcance ele para que o senhor possa transformar o coração dele” (Safira).

Já Pétala descreveu que o motivo de seu acolhimento estava relacionado com o risco social, negligência, violência física e sexual vivenciada na família de origem. Apesar das violações vivenciadas, Pétala considerava que ela tinha responsabilidade pelo seu

acolhimento, *“Porque eu errei bastante com eles(...)Ah... briga, que mais? Violências...”* (Pétala).

Em relação aos relacionamentos, tanto Safira quanto Pétala destacaram figuras importantes de sua rede de apoio, em que foi possível perceber o vínculo que elas desenvolveram com as cuidadoras da instituição (Flor, Íris, Lírio e Tulipa – nomes fictícios)

“Meu filho, Cravo e a Rosa. A Flor do abrigo e a tia Íris do abrigo também que é assistente social e a dona Lírio [...] elas são pessoas com quem eu posso contar, vamos assim dizer... umas referências, né? São pessoas referentes, são pessoas que...são acolhedores.” (Safira).

“A minha irmã e o meu filho [...] Porque eles sempre tavam do meu lado quando eu precisava (...) e tia Tulipa, porque ela sempre me dá conselho” (Pétala).

Ao serem questionadas sobre o relacionamento com as outras acolhidas, tanto Pétala quanto Safira relatam que a relação com as outras jovens da instituição era marcada por alguns conflitos:

“Sei lá... (risos) [...] Às vezes a gente briga, às vezes a gente volta a se falar” (Pétala).

“Razoável... [...] Porque em Casa Lar as situações são bem diferentes, umas já ‘é’ muito agressivas, umas já amam muito as pessoas que estão lá, outras já não respeitam...eu já era da parte que (trecho ininteligível). Por eu acabar amando muito isso, eu me envolvia assim de uma forma, defendia ao máximo, e muitos não gostavam, né? E como eu ainda não era cristã, nessa época eu era bem perturbadinha” (Safira).

Em relação ao relacionamento com o pai da criança, Pétala não deu detalhes sobre a relação (ele era o companheiro da mãe). No caso de Safira, ela relata que não tem mais contato com o pai da criança, e que ele também não tem contato com o filho: *“Não, porque ele é morador de rua e eu não tenho mais contato”* (Safira).

Ao serem questionadas a respeito do relacionamento com a família, Pétala relata que nunca conheceu seu pai biológico. Sua mãe cometeu suicídio um ano antes do acolhimento e não recebia visitas de sua família extensa na instituição. Pétala tem três irmãos por parte de pai com quem não mantém nenhum contato, e uma irmã por parte de mãe, com quem possui um relacionamento mais próximo. Já Safira relata que sua mãe faleceu quando ela ainda tinha 7 meses de vida. O relacionamento com o pai foi conturbado, responsável pelas violências vivenciadas. Safira possui um irmão e duas irmãs, com quem mantém pouco contato. Ela relata ter recebido, no período em que esteve em acolhimento, três visitas de sua tia e uma visita de sua prima.

Quando questionadas sobre os sentimentos que sentem quando pensam na família e o significado de família, Pétala relata: *“Raiva [...] Ah, como eu não tive (família) eu nem sei o que significa”*. Em seguida, foi questionado se Pétala tem alguma idealização do que seria uma família e, nesse momento, a jovem se manteve em silêncio. Em contrapartida, a respeito dos sentimentos que sente quando pensa na família e o significado de família, Safira relata: *“um sentimento de amor, um sentimento que eu entendo que tudo o que meu pai me deu era o que ele tinha” (Safira)*.

Maternidade

A descoberta da gravidez para ambas as participantes foi “um pouco chocante”. Safira relatou que por ter laços rompidos com a família à época, não houve reação. Já Pétala destaca que foi marcada por muito julgamento: *“Ah, elas (pessoas da família) falaram que eu era bíscafe, que eu era sem vergonha...” (Pétala)*.

Pétala relata que sua gravidez foi considerada de risco, e que precisou passar por cuidados especiais. *“Eu passava na Unicamp, porque minha gestação era de muito risco”*

(Pétala). Já em relação ao parto, tanto Pétala quanto Safira relataram que foi um momento difícil. Pétala teve parto normal e Safira teve parto cesárea. No caso de Safira, houve complicações durante o parto, e destacou a falta de médicos para atendê-la. *“Foi cesárea e um parto ruim...[...] Porque passou da hora de eu ter meu filho e não tinha médico para me atender, e meu filho quando nasceu, já tava dando a segunda volta do cordão umbilical no pescoço dele...e quase ele falecia”* (Safira). Ambas relataram que o relacionamento com o filho era positivo. Pétala relata dificuldades para dormir por conta do bebê: *“meu filho não deixa eu dormir”*.

A Casa lar

Quanto à experiência em acolhimento na Casa lar, tanto Pétala quanto Safira avaliaram a experiência de maneira positiva, destacando que gostavam do tratamento que recebiam das cuidadoras da instituição.

“O que eu mais gostava? Ah... não sei, acho que de tudo... acho que eu gostava mais de conversar, sempre gostei mais assim de conversar sobre o futuro...sempre conversava com a tia Ametista e a tia Esmeralda, a gente passava horas conversando, tinha algumas coisinhas ali pra eu comer diferentes [...] o meu período na Casa Lar foi um dos melhores períodos” (Safira).

“Eu gosto do jeito que as tias me tratam” (Pétala).

Quando questionadas acerca do que menos gostavam no período de acolhimento, as participantes relataram situações em que as cuidadoras chamavam a atenção (*“Quando elas (cuidadoras) ficam brigando comigo... (risos)”* - Pétala) ou pediam para elas realizarem alguma tarefa da casa (*“Quando manda você fazer as coisas... (risos)”* - Tulipa) e das “confusões” que aconteciam no relacionamento com as outras jovens acolhidas.

Quanto à rotina na Casa lar, Pétala relatou que passa o dia cuidando do bebê. Destaca-se que a jovem não parecia tão confortável logo no início da entrevista quando a pergunta foi feita. Já Safira relata que a rotina em um dia comum no período em que esteve em acolhimento incluía alguns horários para acordar, horários de almoço, momentos de lazer e cuidados com a moradia. Também, conta que as profissionais da instituição conversavam com ela sobre o fato do acolhimento ser provisório, de modo que ela pensasse no que fazer em seguida.

“A rotina na Casa Lar era boa, eu acordava no horário de acordar mesmo às 8 horas, tomava café, tomava banho, almoçava, a gente assistia TV, tinha internet, computador...normalmente as tias que faziam a comida, mas quando eu pedia elas deixavam, quando eu pedia para elas deixarem eu limpar a casa elas deixavam. Mas aí chegou um momento também que a gente já tava crescendo e a gente tem que entender a realidade daqui de fora, porque no abrigo é totalmente diferente daqui de fora. Elas sempre conversavam comigo e falavam “olha, aqui é só um período, você está aqui só por um período, a sua vida não vai ser aqui, lá fora sua vida vai ter que continuar”. E aí elas sempre me ensinavam, nunca me faltou nada, o que eu pedia eu tinha. Claro que eu tinha que fazer por merecer, igual a mesada... na Casa Lar a gente tinha mesada de dez, vinte reais...” (Safira).

Durante o período de acolhimento, ambas realizaram cursos profissionalizantes disponibilizados pela instituição. Safira relatou que no seu período na Casa lar existia um esquema de “mesada”, ou seja, as acolhidas recebiam 10, 20 ou 30 reais para utilizar da maneira que quisessem. Safira conta que além da mesada da instituição, também recebia auxílio do bolsa família, e que utilizava o dinheiro para comprar produtos para o filho, como mamadeiras e chupetas.

Aspectos psicológicos

Em relação aos aspectos psicológicos, foi possível perceber momentos de reflexões das participantes sobre os momentos do passado e o momento atual de suas vidas, além de

percepções sobre suas emoções. Quando questionada sobre o dia mais triste e o dia mais feliz de sua vida, Pétala relatou que o dia mais triste foi quando sua mãe faleceu, cerca de um ano antes da entrevista; enquanto o dia mais feliz, foi o nascimento de seu bebê. Já Safira, quando questionada sobre o dia mais triste de sua vida, respondeu que tinha acabado de sair do seu emprego de faxineira devido a dificuldades em se organizar nos cuidados do filho. Estava desempregada, morava de aluguel e contava contando apenas com o valor do auxílio social do governo, o que não era suficiente para manter ela e o filho.

Foi questionado se as participantes se consideravam uma pessoa feliz ou triste. Safira respondeu que se considera feliz, enquanto Pétala respondeu que se considera feliz e triste, oscilando em diferentes momentos. Além disso, quando questionadas se mudariam algo em si mesmas, Safira respondeu que gostaria de mudar o seu passado. Relatou que havia coisas no momento atual que se iniciaram no passado, e que tornam difícil a mudança no presente. Safira sente que “*paga as consequências*” do que aconteceu. Já Pétala responde que não mudaria nada em si.

Quanto às expectativas para o futuro, tanto Pétala quanto Safira tinham planos de conquistar a independência, principalmente financeiramente, ter conforto material para cuidar dos filhos e proporcionar experiências diferentes das que elas tiveram durante a infância para os filhos. A expectativa profissional de ambas refere-se a profissões que não exigem qualificação (manicure e cozinheira).

Ao serem questionadas a respeito do que mudariam em suas vidas, isto é, se tivessem três desejos quais seriam, Pétala destaca a presença da mãe, ter uma vida fora do abrigo e condições financeiras e materiais para cuidar do filho (“*Eu pediria para a minha mãe voltar de volta... para eu sair daqui, e para mim ter um apartamento*”). Já Safira trouxe a

religiosidade como ponto central da sua fala. Destaca-se que a religiosidade apareceu como um suporte em sua vida em diferentes momentos da entrevista.

“O meu primeiro desejo... é que... as dificuldades nunca venham a determinar quem eu sou e quem eu quero ser. Eu tenho uma coisa comigo que... vamos supor... como eu sou cristã... não sei no que você crê... eu tenho uma coisa comigo, sobre... quanto mais a gente não tem... é quando a gente não tem que a gente precisa fazer... vamos supor... um exemplo... é... deixa eu ver como eu falo (risos) ... um exemplo, quando tá frio, as roupas de frio sobem o valor, né? E quando não, elas diminuem o valor né? E aí as vezes é necessário comprar quando não precisa...e aí eu quero dizer que, tem coisas, dificuldades que a gente precisa fazer... mesmo não podendo, porque as nossas situações não devem determinar quem a gente é. E a primeira coisa, é que eu nunca venha ser determinada pela dificuldade que eu passo hoje. “A segunda coisa, é que eu diminua e Deus cresça em mim. A terceira coisa, é que tudo venha a ser feito a vontade de Deus. Eu não tenho hoje... alguma coisa pra mim falar assim... transformar... por exemplo, “quero minha mãe hoje”... não, eu entendi o que aconteceu, eu já entendi, e eu quero viver o de hoje para frente... eu sei de uma coisa eu tenho certeza, eu preciso cada vez mais depender de Deus, e aí tudo se resume nisso, que minha esperança não venha a morrer, porque minha esperança é Cristo. Só isso” (Safira).

DISCUSSÃO

O presente estudo buscou compreender a percepção de jovens mães sobre o acolhimento na Casa Lar localizada no município de Campinas-SP e que tem como objetivo acolher provisoriamente e excepcionalmente adolescentes grávidas e/ou com filhos de ambos os sexos e em situação de risco pessoal e social, de modo a assegurar os direitos das acolhidas (Brasil, 1990; Brasil, 2006; Brasil, 2009).

A primeira dificuldade para a realização do estudo foi o recrutamento das participantes. Embora a pesquisa proporcionasse um espaço de escuta e acolhimento das jovens, ter que relembrar das experiências vivenciadas e compartilhá-las pode ser uma experiência dolorosa e angustiante. Ademais, embora o convite tenha sido enviado pelas profissionais da Casa-Lar, isto é, pessoas que tinham estabelecido um vínculo de afeto e confiança com as jovens, a pesquisadora era uma pessoa desconhecida, o que pode ter contribuído para um sentimento de desconfiança e, conseqüentemente, recusa em participar da pesquisa. Pesquisas realizadas com crianças vítimas de violência sexual têm indicado que elas tendem a apresentar uma visão de si de do mundo de forma negativa. Elas não confiam nos outros, tem vergonha de si mesmas e se sentem responsáveis pelo ocorrido (Amorim et al, 2021; Gonçalves, 2018; Habigzang et al, 2009).

Tais dificuldades no recrutamento das participantes que estavam em situação de acolhimento levou a pesquisadora buscar jovens que já tivessem passado pelo acolhimento no passado. Apenas uma egressa concordou em participar da pesquisa, de modo que a amostra de participantes foi composta de duas jovens, Safira (22 anos), egressa da casa lar e Pétala, 14 anos, em situação de acolhimento. Acredita-se que mesmo que ambas estivessem enfrentando demandas distintas (Safira estava desempregada, cuidando sozinha do filho de 5 anos; e Pétala estava estudando e lidando com os cuidados de seu filho de 8 meses), a percepção das

mesmas a respeito do acolhimento poderia contribuir para identificar os potenciais e as fragilidades dessa forma de acolhimento.

Ao investigar o que levou ao acolhimento das jovens, pode-se notar o histórico de situações adversas às quais ambas foram expostas ao longo da infância e adolescência. Eventos estressores são esperados ao longo do processo de desenvolvimento, podendo o mesmo ser classificado como positivo, tolerável e tóxico (Shonkoff, 2010). O estresse positivo refere-se a um estado psicológico de duração breve e de intensidade leve à moderada. Já o estresse tolerável envolve exposição a experiências atípicas as quais apresentam maior nível de adversidade ou ameaça ao indivíduo, como, por exemplo, a morte de um membro da família, uma doença grave, desastres naturais ou até mesmo atos de terrorismo. E o estresse tóxico é caracterizado por uma reatividade do organismo, frequente e de prolongada ativação do corpo ao sistema de resposta ao estímulo estressor (Shonkoff, 2010). Além do maior nível de ativação, comumente o estresse tóxico ocorre na ausência de relacionamentos de suporte e proteção para a criança por parte dos adultos cuidadores (Shonkoff, 2012). Como exemplo de estresse tóxico estão as experiências adversas na infância (EAI), as quais consistem em um evento potencialmente traumático que pode ter efeitos negativos e duradouros sobre uma pessoa. Elas podem ser tanto atos de omissão e violência direcionados a uma criança quanto um conjunto de condições contextuais. A partir do estudo *Adverse Childhood Experiences* (ACE) desenvolvido por Felitti et al (1998), as EAI foram agrupadas em cinco tipos de violência envolvendo diretamente a criança (abuso físico, abuso sexual, abuso emocional, negligência física e negligência emocional) e cinco tipos relacionados a condições contextuais (uso/abuso de álcool e drogas, doença mental ou suicídio, violência, atividades criminais e separação ou divórcio parental).

Ao analisar a história de vida de Safira e Pétala, identifica-se que as mesmas passaram por diferentes EAI. Safira ficou órfã de mãe ainda bebê, e foi vítima de violência física,

psicológica e sexual, além de ter sido exposta ao trabalho infantil. Nos últimos anos, no período de 2016 a 2020, houve um aumento significativo no número de crianças de 5 a 11 anos em situação de trabalho infantil, comprometendo a sua educação, considerando que parte dessas crianças estão fora da escola, limitando suas oportunidades, e restringindo seus direitos (UNICEF, 2021; Velasco, 2022). Corroborando esses dados, Safira abandonou a escola durante o ensino fundamental 1.

Já Pétala, tinha cuidadores usuários de drogas, foi negligenciada em seus cuidados, vítima de violência física e abuso sexual, e a mãe cometeu suicídio. A situação vivenciada pela jovem reflete os dados levantados pelo CNJ a respeito das crianças acolhidas no Brasil. De acordo com o Diagnóstico Nacional da Primeira Infância (CNJ, 2022), a negligência representava cerca de 30% dos motivos de acolhimento, seguidos por conflitos em ambiente familiar (15%) e drogadição de integrantes da família (8%).

Com relação aos irmãos e a família extensa, Safira conta que tem pouco ou nenhum contato com o irmão e as duas irmãs, e que recebeu 3 visitas de sua tia e prima durante todo o período em que esteve em acolhimento. Já Pétala, conta que tem 3 irmãos com quem não mantém nenhum contato, e uma irmã com quem costuma conversar com mais frequência, e é mencionada como uma rede de apoio. Também relata que não recebeu outras visitas na instituição, além da irmã. Nota-se, a partir do relato de Pétala e Safira, a presença de laços fragilizados no momento da infância e adolescência, a falta de cuidado parental e de vínculos estáveis, especialmente com a família, a presença também de eventos estressores, como a perda de parentes próximos e a constante exposição à violência, e o que levou a uma situação de maior vulnerabilidade.

Destaca-se que ambas foram vítimas de violência física e sexual. A violência física se caracteriza pelo ato intencional de exercer uma força física contra o corpo da criança, com o objetivo de causar algum tipo de dano, ferimento ou dor, provocando marcas físicas ou não.

Esse tipo de violência está culturalmente associado a como os pais educam e disciplinam seus filhos (Gershof, 2002).

Já a violência sexual contra criança é um fenômeno multidimensional, determinado por relações macrossociais e culturais. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2002), o abuso sexual consiste no envolvimento da criança em atividade sexual da qual ela/ele é incapaz de dar consentimento informado, ou para qual a criança não tem preparo, em termos de desenvolvimento, para dar consentimento, ou que viola as leis ou tabus sociais de uma sociedade. Tal ato ocorre quando um adulto, ou outra criança/criança que está em posição de responsabilidade, confiança ou poder submete uma criança/criança a práticas sexuais. Ele pode envolver contato físico (carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal, contatos forçados como beijos e toques em outras regiões do corpo) ou não (assédio - propostas de relação sexual por chantagem ou ameaça, conversas sobre atividades sexuais, exibicionismo, voyeurismo, exibição de material pornográfico, *sexting* etc.). Ele pode ser intrafamiliar (ocorre no contexto familiar e é perpetrado por pessoas afetivamente próximas da criança ou da criança, com ou sem laços de consanguinidade, que desempenham um papel de cuidador ou responsável destes (Habigzang et al, 2008) ou extrafamiliar (ocorre fora do ambiente familiar envolve situações nas quais o agressor é um estranho, bem como os casos de pornografia e de exploração sexual (Habigzang et al, 2008).

Os dados de prevalência da violência sexual indicam que as meninas são mais vulneráveis a ser vítimas de relações sexuais ou outros atos sexuais forçados (UNICEF, 2021; Velasco, 2022). Dados do Ministério da Saúde extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), a partir das fichas de notificação individual de violência interpessoal/autoprovocada de 2011 a 2017, mostrou que 76.716 (92,4%) das vítimas eram do sexo feminino, a maioria (67,8%) tinha entre 10 e 14 anos e 55,5% era da raça/cor negra.

39,8% dos eventos tiveram caráter de repetição e 58,2% ocorreram na residência (Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018). De acordo com os dados dos últimos cinco anos divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no Brasil, no período de 2017 a 2020, uma média de 45 mil crianças e adolescentes por ano foram vítimas de violência sexual. A maioria das vítimas eram meninas com idades entre 10 a 14 anos; e o crime ocorria principalmente dentro da casa da própria vítima, sendo perpetrado por pessoas conhecidas (pais, padrastos, irmãos etc.). Corroborando as estatísticas mencionadas, Pétala foi vítima de abuso sexual pelo padrasto e engravidou em decorrência do abuso sofrido.

Destaca-se que as participantes possuem um histórico de longo período de institucionalização, passaram por instituições de acolhimento desde a infância até a adolescência. No estudo de Cavalcante et al (2007), os autores registram que a institucionalização precoce e prolongada são práticas frequentes até os dias de hoje, o que é contrário ao caráter excepcional e provisório do acolhimento institucional. Uma parcela significativa das crianças encaminhadas às instituições, já haviam sido acolhidas em outros períodos de sua vida, e com frequência os adolescentes em instituição de acolhimento recebiam pouca ou nenhuma visita de parentes próximos.

Encontra-se na literatura a importância de discutir a instituição de acolhimento enquanto contexto de desenvolvimento da criança e do adolescente, considerando que este ambiente proporciona novas relações de amizade, ampliando suas redes de apoio, e com frequência, os cuidadores são destacados como fonte de rede de apoio para os acolhidos, fazendo mais do que somente suprir suas necessidades materiais, mas oferecendo suporte, confiança, a possibilidade de compartilhar sentimentos e experiência. Considerando que, por conta da longa permanência em instituições, os acolhidos acabam por se relacionar direta ou indiretamente com um conjunto de pessoas diversas, que dividem poder e responsabilidades sobre elas, é o caso dos profissionais vinculados ao serviço, como os educadores, técnicos e

conselheiros tutelares (Cavalcante et al, 2007; Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Siqueira, 2003; Carlos et al, 2013).

As participantes mencionam os cuidadores do serviço como uma rede de apoio, que desempenham papel central em suas vidas, são pessoas em quem elas confiam para compartilhar seus sentimentos, conflitos internos, e se apresentam como referências de como devem agir e se comportar. Assim, como nos estudos de Carlos et al (2013), é evidenciado no relato das jovens, que estas encontraram nas cuidadoras da instituição, os meios para suprir as necessidades que antes não eram atendidas, com base num relacionamento que é permeado de afeto, reciprocidade, segurança e confiança.

Na entrevista com Pétala, quando questionada sobre os sentimentos que percebe ao pensar na família, ela declara: “Raiva”, e que não sabe dizer o que significa família, porque nunca teve uma. No entanto, ao ser questionada sobre o relacionamento com as profissionais da instituição, ela conta que o vínculo com as cuidadoras remete ao conceito de família, mas agora, num tom calmo e tranquilo, o que poderia indicar um conceito idealizado de família, que promove afeto, segurança e cuidado, diferente do que é encontrado em suas experiências anteriores (falta de afeto, diálogo e cuidado no ambiente familiar).

Em Siqueira (2006), foi possível perceber que o ambiente institucional faz mais do que somente suprir suas necessidades materiais dos acolhidos, este se torna um ambiente que promove a construção de vínculos, confiança, segurança, e a possibilidade de compartilhar sentimentos e conflitos internos. Por conta da longa permanência em instituições, os acolhidos acabam por se relacionar direta ou indiretamente com um conjunto de pessoas diversas, que dividem poder e responsabilidades sobre elas, é o caso dos profissionais vinculados ao serviço, como os educadores, técnicos e conselheiros tutelares (Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Siqueira, 2003).

Conforme aponta Siqueira e Dell'Aglio (2006), em estudos anteriores, é possível perceber a melhora na assistência oferecida por instituições de acolhimento que estão relacionadas com as implementações do ECA. Este ambiente é capaz de proporcionar maior confiança, segurança e empatia, nas condições adequadas e que assegure a individualidade de seus integrantes, e o desenvolvimento das potencialidades destes. Nesse sentido, considerando os dados encontrados na literatura, nota-se que está perdendo força a visão de que a instituição é um local insalubre, precário e que é totalmente prejudicial ao desenvolvimento das crianças, abrindo espaço para uma visão que considera o desenvolvimento das crianças e adolescentes neste contexto, que em muitos casos, configura como proteção (Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

Na literatura, diferentes estudos destacam os aspectos da instituição que devem ser melhor instrumentalizados de modo a oferecer uma condição plena aos acolhidos (Pessoa & Medeiros et al, 2018; Carlos & Vendruscolo, 2013; Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Rizzini & Baptista, 2006). Dessa forma, Carlos e Vendruscolo (2013) aponta para a sobrecarga emocional e física que o cuidado com os acolhidos pode trazer, apresentando a importância de construir uma rede de apoio a esses cuidadores. Ao compreender a importância de vínculos afetivos saudáveis para as crianças e adolescentes especialmente em acolhimento, destaca-se também a necessidade da capacitação permanente dos profissionais da área, oferecendo recursos instrumentais e emocionais para que estejam aptos e preparados para lidar com os desafios de seu trabalho (Rizzini & Baptista, 2006).

Quanto ao relacionamento com outras acolhidas da instituição, as participantes relatam que era uma relação marcada por alguns conflitos, mas que, no geral, convivem bem. Pétala conta que a outra jovem acolhida na instituição era sua melhor amiga, mas relata que no relacionamento com as acolhidas, às vezes brigam, mas depois voltam a conversar. Na entrevista com Safira, ela relata que algumas acolhidas eram agressivas, enquanto outras

eram mais carinhosas, e considera que as brigas começavam por motivos bobos, como: “*ah, fulano se acha isso... vocês (cuidadores) defendem mais fulano...tipo assim, mais coisa de jovem mesmo*”. Estes achados têm concordância com o estudo de Rosa et al (2010) e Pessoa e Medeiros et al (2018), em que é apresentado uma relação ambígua entre os acolhidos da instituição, marcado por situações de cuidados um com o outro, mas também de momentos de disputa e discussões.

Com relação ao período de gravidez das participantes, todas fizeram o pré-natal regularmente e receberam assistência médica. Pétala engravidou quando tinha 13 anos, e Safira engravidou com, aproximadamente, 16 anos de idade e relataram que sua gravidez foi considerada de risco, sendo necessário cuidados especiais durante a gestação. Dias e Teixeira (2010) alertam para uma série de riscos e complicações relacionados com a gravidez ainda na adolescência, sendo considerada uma situação de risco biológico tanto para a mãe como para o bebê, estas estão mais suscetíveis a sofrer intercorrências médicas durante e após a gravidez.

Na entrevista com Safira, ela relata a negligência médica sofrida durante o parto, considerado “ruim”, porque havia passado a hora do nascimento do filho, e nenhum médico estava disponível para atendê-la, e conta que por pouco não ocorreu o falecimento do filho. Melo e Coelho (2011), destacam a importância dos profissionais da saúde no papel de escuta e cuidados na vivência da gravidez, e de estabelecer uma relação de confiança. No entanto, na literatura obstétrica, comumente se faz presente dados acerca do descaso e desrespeito com as gestantes na assistência durante o parto no setor público e no privado de saúde, sendo cada vez mais frequentes relatos de omissão, negligência e violência no processo do parto, dificultando e tornando-o desagradável (Zanardo & Habigzang, 2017).

Desse modo, melhorias devem ser feitas na qualidade das práticas assistenciais, além da necessidade de estudos que evidenciem a implementação e efetividade das políticas

públicas feitas para atender este público. Ainda, são necessárias maiores ações e práticas profissionais direcionadas para o público de adolescentes gestantes, de maneira que considerem as necessidades amplas deste grupo, e suas especificidades da faixa etária e singularidade das mesmas (Zanardo & Habigzang, 2017; Melo & Coelho, 2011).

Quanto à descoberta da gravidez, as participantes contam que foi um choque. Na entrevista com Pétala, ela relata que a reação de sua família com a descoberta da gravidez foi marcada por julgamentos e xingamentos - *“Ah, elas falaram que eu era biscate, que eu era sem vergonha... foi como se eu não tivesse família. Foi como se eu tivesse sozinha”* (Pétala). As duas participantes não receberam apoio da família, e não mantêm nenhum contato com o pai da criança, indicando a ausência paterna na gestação e no cuidado com o filho. Estes achados corroboram com a pesquisa de Miura e Barretos (2018), em que foram realizadas entrevistas com adolescentes grávidas e mães em situação de acolhimento numa instituição devido à violência intrafamiliar vivenciada. Neste estudo, foi evidenciado os vínculos fragilizados das jovens, que viveram situações de desamparo tanto pela família, quanto pelo pai da criança e, nesse sentido, a instituição de acolhimento se tornou o único ambiente que oferecia proteção e segurança para as adolescentes no momento da gravidez.

Entende-se que a maternidade possibilita um espaço para constituição da identidade da adolescente, considerando a dedicação para atender as demandas do filho, que traz uma série de expectativas e responsabilidade (Dias, & Teixeira, 2010; Miura & Barretos, 2018). No estudo de Miura e Barretos (2018), quando questionaram as adolescentes mães sobre suas expectativas para o futuro, relatam preocupações para resolver as necessidades imediatas dos filhos, conquistando sua independência financeira, uma moradia, com o desejo de oferecer para o filho a criação que não tiveram em seu ambiente familiar. Da mesma forma, nesta pesquisa, tanto Pétala quanto Safira relataram o desejo de conquistar sua estabilidade financeira e uma moradia própria, com recursos para oferecer aos filhos uma criação

diferente das que tiveram. Em relação à ocupação profissional, Safira conta que quer se tornar empresária na área de manicure, enquanto Pétala quer se tornar cozinheira em escolas. Destaca-se que as duas participantes fizeram ou estão concluindo cursos de profissionalização nas respectivas áreas, disponibilizados pela própria Casa Lar, como uma maneira de inserir as jovens mães e adolescentes vinculadas à instituição ao mercado de trabalho.

De maneira geral, pelo relato das participantes foi possível perceber que a vivência na instituição foi considerada positiva - “*o meu período na Casa Lar foi um dos melhores períodos*” (Safira). Entende-se que a instituição ofereceu para as jovens condições adequadas para satisfazer suas necessidades, promovendo o cuidado, assistência, segurança, criação de vínculos saudáveis com as profissionais vinculadas ao acolhimento. Além de prepará-las para a saída da instituição, isto é, oferecendo recursos para que não estejam desamparadas, como disponibilizar cursos profissionalizantes, para que possam ingressar ao mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados anteriormente possibilitaram identificar que as vivências em Casa lar foram avaliadas positivamente pelas participantes. Ambas destacam que o período na instituição foi de suma importância, especialmente na criação de vínculos com as cuidadoras que auxiliaram para tornar o ambiente mais acolhedor, com base num relacionamento que é permeado de afeto, reciprocidade, segurança e confiança. Ainda, este ambiente institucional possibilitou que as adolescentes mães se prepararem para a saída institucional, e ingresso no mercado de trabalho ofertando cursos de profissionalização em diferentes áreas.

É importante destacar as limitações deste estudo, como o tamanho da amostra e o fato de se tratar de uma instituição com especificidades, considerando que essa é uma Casa Lar que acolhe somente jovens mães e/ou grávidas. Além disso, a coleta deste estudo foi realizada de maneira online e, portanto, houve problemas de conexões, momentos em que a chamada desconectada e alguns ruídos externos, o que pode ter comprometido a qualidade da entrevista e gerado certo desconforto para as participantes. Sugere-se que estudos futuros avaliem as questões de pesquisa online para este público.

Apesar do período na instituição ter sido descrito de maneira positiva, é importante destacar algumas problemáticas que demais estudos observam no acolhimento institucional, tal como o longo tempo de permanência das adolescentes em institucionais, tendo em vista os prejuízos desta no desenvolvimento psicossocial da criança e do adoelscente, a necessidade de que este ambiente promova a reinserção familiar e a constante capacitação dos profissionais que atuam no local, conscientizando-os sobre o papel fundamental que exercem no serviço, e oferecendo suporte emocional (Rizzini & Rizzini, 2006).

Além disso, se faz necessário mais estudos que permitam que a criança e o adolescente em situação de acolhimento sejam protagonistas de suas histórias, permitindo que eles relatem a maneira como percebem o acolhimento, as práticas, os funcionários, sua rede de apoio, o processo de desligamento, dentre outros aspectos relevantes para compreender a perspectiva de quem vive na situação de acolhimento institucional.

REFERÊNCIAS

- Acioli, Raquel Moura Lins et al. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*, 23(2), 529-542. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018232.01172016>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018232.01172016>.
- Aloraldo, V. P. de., & Couto, B. R. (2017). *A garantia da convivência familiar e comunitária: desafios postos ao programa de acolhimento familiar na Região das Missões. [Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUCRS. <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7217>*
- Amorim, Amanda Freire, Moussa, Iasmin Amaral, Ribeiro, Rosangela Kátia Sanches Mazzorana, Roama-Alves, Rauni Jandé, & Gonsalves, Ana Cristina Cardoso. (2021). Desempenho intelectual e crenças disfuncionais em crianças vítimas de abuso sexual. *Revista Psicopedagogia*, 38(116), 143-151. <https://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20210024>
- Andrade, L. B. P. (2010). Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. 70. Ed. Lisboa.
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal N° 8069, De 13 De Julho
- Brasil. (2006). Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.
- Brasil. (2009). Conselho Nacional de Assistência Social & Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2. Brasília, DF: CNAS

Brasil. (2013). Conselho Nacional do Ministério Público. Relatório da Infância e Juventude – resolução nº 71 de 2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público.

Carlos, D. M., Ferriani, M. G. C., Silva, M. A. I., Roque, E. M. S. T., & Vendruscolo, T. S. (2013). O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática? *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 21(2), 579–585

Cavalcante, Lília Iêda Chaves, Magalhães, Celina Maria Colino, & Pontes, Fernando Augusto Ramos. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, (25), 20-34. Recuperado em 18 de março de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000100003&lng=pt&tlng=pt.

Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000100015>

Cuneo, M. (2009). Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento – a institucionalização prolongada de crianças e as marcas que ficam. In: Módulo Criança e Adolescente. 3º Censo da População Infanto-juvenil Abrigada no Estado do Rio de Janeiro [internet]. Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. <http://mca.mp.rj.gov.br/censos/3o-censo/>.

Dias, A. C. G., & Teixeira, M. A. P.. (2010). Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 20(Paidéia (Ribeirão Preto), 2010 20(45)), 123–131. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000100015>

Fonseca, Patrícia Nunes da. (2017). O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, 34(105), 285-296. Recuperado em 19 de março de

de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006&lng=pt&tlng=pt.s

Gershoff, Elizabeth Thompson. “Corporal Punishment by Parents and Associated Child Behaviors and Experiences: A Meta-Analytic and Theoretical Review.” *Psychological Bulletin*, vol. 128, no 4, 2002, p. 539–79. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1037/0033-2909.128.4.539>.

Gonçalves J, Silva JVA. Terapia Cognitivo-Comportamental em situação de Abuso Sexual: um Estudo de Caso. *Rev Psicol Diversid Saúde*. 2018;7(3):423-32

Habigzang LF, Stroehrer FH, Hatzenberger R, Cunha RC, Ramos MS, Koller SH. Grupos de terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Rev Saúde Pública*. 2009;43(Supl. 1):70-8. [Links]

Incrocci, L., & Pimenta, C. A. M. (2013). Cumplicidade e conflito em uma casa lar: violências e limites o que “se é” e o que “se deve ser”. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília*, (11), 74-88. <https://doi.org/10.36311/1983-2192.2013.v0n11.3015>

Mariano, P. P., Cecilio, H. P. M., Decesaro, M. N. das., & Marcon, S. S. (2014). Cuidando de quem não tem família: percepção de mães acolhedoras sobre esta experiência. *Psicologia USP [online]*, 25 (1), 21-32. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642014000100003>

Martins, L. B., Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). Acolhimento familiar: Caracterização de um programa. *Paidéia*, 20 (47), 359-370. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000300008>.

Marzol, R. M., Bonafé, L., & Yunes, M. A. M. (2012). As Perspectivas de Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Sobre os Cuidadores Protetores. *Psico*, 43(3).

Recuperado

de

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7988>

Melo, M. C. P. de ., & Coelho, E. de A. C.. (2011). Integralidade e cuidado a grávidas adolescentes na Atenção Básica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(Ciênc. saúde coletiva, 2011 16(5)), 2549–2558. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000500025>

Miura, P. O., Tardivo, L. S. de L. P. C., & Barrientos, D. M. S.. (2018). O desamparo vivenciado por mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(Ciênc. saúde coletiva, 2018 23(5)), 1601–1610. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.14152016>

Negrão, M., Moreira, M., Veríssimo, L., & Veiga, E. (2019). Conhecimentos e percepções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida. *Análise Psicológica*, 37(1), 81–92. <https://doi.org/10.14417/ap.1564>

Pessoa, A. S. G., Liebenberg, L., Fonseca. D. B. da., & Medeiros, J. K. (2018): Resilience and vulnerability for children residing in foster care: a qualitative study conducted in Brazil, *Early Child Development and Care*. <https://doi.org/10.1080/03004430.2018.1479696>

Rizzini, I., Rizzini, I., Naiff, L., & Baptista, R. (2006). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil, São Paulo.

Rosa, E. M., Santos, A. P. dos ., Melo, C. R. da S., & Souza, M. R. de .. (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos De Psicologia (natal)*, 15(Estud. psicol. (Natal), 2010 15(3)), 233–241. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300002>

Rossetti-Ferreira, M. C., de Almeida, I. G., Costa, N. R. d. A., Guimarães, L. d. A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. d. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de crianças e

- adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas [Fostering children and adolescents in situations of abandonment, violence and separation]. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390–399. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>
- Sequeira, Vânia Conselheiro. (2009). Resiliência e abrigos. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 29(1), 65-80. Recuperado em 01 de março de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2009000100007&lng=pt&tlng=pt.
- Siqueira, A. C. (2006). Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 134 p.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D.. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(Psicol. Soc., 2006 18(1)), 71–80. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>
- Siqueira, Aline Cardoso, Tubino, Carmela de Lima, Schwarz, Cristina, & Dell'Aglio, Débora Dalbosco. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 176-190.
- UNICEF (2018). Nos últimos cinco anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil. Recuperado em 23 de março de 2023, de <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>
- UNICEF. (2021). Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo. [Comunicado à Imprensa]. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo>

Veslaco(2022). Casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes crescem 21% no Brasil em 2021, mostra anuário. Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/casos-de-maus-tratos-contracrianças-e-adolescentes-crescem-21percent-no-brasil-em-2021-mostra-anuario.ghtml>

Zaratini, R. F. & Costa, P. S (2018). Mãe social: reflexões sobre a jornada de trabalho de educadores/cuidadores residentes. [Dissertação, Universidade do Sul de Santa Catarina].

Repositório Universitário da Ânima.
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12067>

ANEXOS

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

-

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 510/2016)

Eu, Gabriela Sabrina da Silva Souza, estudante de Psicologia o(a) convido a participar da pesquisa “As percepções de crianças e adolescentes sobre o acolhimento em Casa Lar” orientada pela minha professora Sabrina Mazo D’Affonseca do Departamento de Psicologia, da Universidade Federal de São Carlos.

Estou realizando uma pesquisa para entender como as crianças e os adolescentes que vivem em acolhimento em Casa Lar percebem o serviço de acolhimento e os vínculos afetivos com os cuidadores. Caso você aceite participar, serão agendados encontros individuais, no horário que for melhor para você, que serão realizados de maneira remota, ou seja, a partir de um dispositivo eletrônico “Google Meets” que permite que sejam feitas reuniões online.

Então, você poderá participar desta reunião em um cômodo específico de sua moradia, ou em outro local, como preferir. Está disponível o link de acesso da plataforma para conhecimento e ciência da política de privacidade do Google Meets (https://policies.google.com/privacy?hl=pt_BR). Estarei à disposição para ajudá-lo (a) no uso da plataforma. Serão realizadas cerca de duas entrevistas, com a duração, em média, de cerca de 40-60 minutos. Nesses encontros, nós conversaremos sobre você, sua família, cuidado, a maternidade e o acolhimento em Casa Lar.

Todas as informações que você me disser serão confidenciais, ou seja, eu não vou contar para ninguém. Serão criados nomes fictícios, ou seja, um nome diferente do seu e caso haja menção a pessoas, instituições ou grupos de pessoas a eles serão atribuídos letras, número ou nomes fictícios, garantindo o sigilo e o anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando a sua identificação e dos demais mencionados. Solicitarei sua autorização para gravação em vídeo e áudio das entrevistas, que serão transcritas pela pesquisadora e também para consultar os dados de prontuário referente aos motivos para o seu acolhimento e informações sobre você.

As pesquisadoras se comprometem com o zelo e sigilo dos dados obtidos. No entanto, há riscos que são característicos do ambiente virtual e que limitam as pesquisadoras de garantir total sigilo e anonimato, como, por exemplo, esse material ser “invadido” por pessoas desconhecidas. Com isso, para minimizar os riscos em ambiente virtual e proteger a sua imagem, os dados serão armazenados pelas pesquisadoras, com todos os cuidados necessários, por 5 anos em um HD externo para pesquisa.

Além disso, em ambiente virtual, a participação em entrevistas on-line, pode levar a um desconforto por conta da conexão de internet, falhas na rede ou mesmo a exposição a telas e, da mesma forma, nós podemos interromper com as perguntas, caso isso aconteça. A participação da entrevista não oferece risco imediato, mas caso haja algum desconforto ou você não se sinta à vontade com alguma das perguntas que serão feitas na entrevista, a pesquisadora estará preparada para te acolher e ouvir, ou seja, podemos parar com as perguntas e conversar sobre isso ou então marcar a entrevista para outro dia. Você pode deixar de responder à pergunta, sem precisar justificar o motivo, ninguém ficará chateado ou com raiva. Ninguém precisa fazer algo que não quer. Você também pode pedir para sair da pesquisa, quando quiser, é só avisar a pesquisadora. Neste documento tem nosso telefone. Pode nos ligar.

Sua participação nessa pesquisa ajudará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, ou seja, podem ser publicados em periódicos científicos, que é um modo de ajudar quem estuda e quem trabalha com esse tema para compreender o que acontece no acolhimento em Casa Lar. A pesquisadora compromete-se a compartilhar com você os resultados da pesquisa quando ela for finalizada, que será encaminhado via e-mail.

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas da UFSCar, um serviço que cuida para que meu trabalho com você possa te ajudar, sem que seja cansativo e chato. Essa pesquisa não envolve riscos a sua saúde nem os dados serão divulgados de modo que possa prejudicar a você ou a qualquer pessoa. Nenhuma informação coletada na pesquisa será utilizada no processo judicial referente ao acolhimento. Sua participação será totalmente voluntária, isso significa que você não precisará pagar para participar e também não receberá nenhum dinheiro.

Cumpramos destacar que ao aceitar participar da pesquisa você irá: 1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura deste termo (TCLE), o qual você poderá fazer o download a partir do link (<https://docs.google.com/document/d/15DGwV-C7zXLUu6dW0zCTIYmGI6QpM0dskfZt8gDcoso/edit?usp=sharing>) ou solicitado ao pesquisador via endereço de e-mail (gabriela.souza@estudante.ufscar.br) para impressão ou armazenamento se assim o desejar, destacando-se a importância do participante de pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico (TCLE); e 2. Participar de até duas entrevistas realizadas de maneira remota com duração de cerca de 40-60 minutos. Caso não concorde, basta fechar a página do navegador.

Você terá acesso ao registro de consentimento sempre que solicitado e também vou enviar para você uma cópia desse texto por e-mail, você tem o número do meu celular e o meu e-mail, também da minha professora e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP logo abaixo, se você tiver perguntas, você pode ligar.

A pesquisa me informou que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa

da universidade, localizado na Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08h30 às 11h30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A Conep tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 Email: conep@saude.gov.br.

Endereço para contato (24horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Responsável: Gabriela Sabrina da Silva Souza

Contato telefônico: (14) 996464195 E-mail: gabriela.souza@estudante.ufscar

Endereço para contato (8h às 12h e 14h às18h):

Pesquisador Responsável (orientador): Sabrina Mazo D’Affonseca

Contato telefônico: (16) 991153073 E-mail: samazo@ufscar.br

Endereço: Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (Laprev), UFSCar, Rodovia Washington Luiz, Km 235, São Carlos-SP.

Você concorda em participar da pesquisa “As percepções de crianças e adolescentes sobre o acolhimento em Casa Lar”?

Sim, eu concordo em participar desta pesquisa.

Não, eu não concordo em participar desta pesquisa.

São Carlos, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

ANEXO 2 - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 510/2016)

Eu, Gabriela Sabrina da Silva Souza, estudante de Psicologia o(a) convido a participar da pesquisa “As percepções de crianças e adolescentes sobre o acolhimento em Casa Lar” orientada pela minha professora Sabrina Mazo D’Affonseca do Departamento de Psicologia, da Universidade Federal de São Carlos.

Estou realizando uma pesquisa para entender como as crianças e os adolescentes que vivem em acolhimento em Casa Lar percebem o serviço de acolhimento e os vínculos afetivos com os cuidadores. Caso você aceite participar, serão agendados encontros individuais, no horário que for melhor para você e seus responsáveis, que serão realizados de maneira remota, ou seja, a partir de um dispositivo eletrônico “Google Meets” que permite que sejam feitas reuniões online.

Então, você poderá participar desta reunião em um cômodo específico de sua moradia, ou em outro local, como preferir. Está disponível o link de acesso da plataforma para conhecimento e ciência da política de privacidade do Google Meets (https://policies.google.com/privacy?hl=pt_BR). Estarei à disposição para ajudar o(a) participante e o(a) responsável no uso da plataforma. Serão realizadas cerca de duas entrevistas, com a duração, em média, de cerca de 40-60 minutos. Nesses encontros, nós conversaremos sobre você, sua família, cuidado, a maternidade e o acolhimento em Casa Lar e para a realização da entrevista, um adulto/responsável vai estar ao seu lado ou próximo de você.

Todas as informações que você me disser serão confidenciais, ou seja, eu não vou contar para ninguém. Serão criados nomes fictícios, ou seja, um nome diferente do seu e de seus responsáveis e caso haja menção a pessoas, instituições ou grupos de pessoas a eles serão atribuídos letras, número ou nomes fictícios, garantindo o sigilo e o anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando a sua identificação e dos demais mencionados. Solicitarei sua autorização para gravação em vídeo e áudio das entrevistas, que serão

transcritas pela pesquisadora e também para consultar os dados de prontuário referente aos motivos para o seu acolhimento e informações sobre você.

As pesquisadoras se comprometem com o zelo e sigilo dos dados obtidos. No entanto, há riscos que são característicos do ambiente virtual e que limitam as pesquisadoras de garantir total sigilo e anonimato, como, por exemplo, esse material ser “invadido” por pessoas desconhecidas. Com isso, para minimizar os riscos em ambiente virtual e proteger a sua imagem, os dados serão armazenados pelas pesquisadoras, com todos os cuidados necessários, por 5 anos em um HD externo para pesquisa.

Além disso, em ambiente virtual, a participação em entrevistas on-line, pode levar a um desconforto por conta da conexão de internet, falhas na rede ou mesmo a exposição a telas e, da mesma forma, nós podemos interromper com as perguntas, caso isso aconteça. A participação da entrevista não oferece risco imediato, mas caso haja algum desconforto ou você não se sinta à vontade com alguma das perguntas que serão feitas na entrevista, a pesquisadora estará preparada para te acolher e ouvir, ou seja, podemos parar com as perguntas e conversar sobre isso ou então marcar a entrevista para outro dia. Você pode deixar de responder à pergunta, sem precisar justificar o motivo, ninguém ficará chateado ou com raiva. Ninguém precisa fazer algo que não quer. Você também pode pedir para sair da pesquisa, quando quiser. É só avisar seus responsáveis ou a pesquisadora. Neste documento tem nosso telefone. Pode nos ligar.

Sua participação nessa pesquisa ajudará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, ou seja, podem ser publicados em periódicos científicos, que é um modo de ajudar quem estuda e quem trabalha com esse tema para compreender o que acontece no acolhimento em Casa Lar. A pesquisadora compromete-se a compartilhar com você os resultados da pesquisa quando ela for finalizada, que será encaminhado via e-mail ao responsável.

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas da UFSCar, um serviço que cuida para que meu trabalho com você possa te ajudar, sem que seja cansativo e chato. Seus responsáveis sabem e deixaram você realizar as entrevistas comigo. Essa pesquisa não envolve riscos a sua saúde nem os dados serão divulgados de modo que possa prejudicar a você ou a qualquer pessoa. Nenhuma informação coletada na pesquisa será utilizada no processo judicial referente ao acolhimento. Sua participação será totalmente voluntária, isso significa que você não precisará pagar para participar e também não receberá nenhum dinheiro.

Este documento chama-se termo de assentimento. Neste documento queremos passar para você as informações sobre a pesquisa para a qual está sendo convidado(a). O assentimento significa que você concorda e deseja participar da pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações dessa pesquisa e para realizá-la, é necessário o seu assentimento. Então, vou ler o termo de assentimento livre e esclarecido, em ambiente remoto, que será gravado e você deverá dizer verbalmente se concordar em participar ou não. Ao concordar, você irá participar de duas entrevistas online semiestruturadas, com duração de cerca de 40-60 minutos.

Você terá acesso ao registro de assentimento sempre que solicitado e também vou enviar para você e seus responsáveis uma cópia desse texto por e-mail, você tem o número do meu celular e o meu e-mail, também da minha professora e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP logo abaixo, se você tiver perguntas, você pode ligar.

A pesquisadora me informou que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado na Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08h30 às 11h30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A Conep tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 Email: conep@saude.gov.br.

Endereço para contato (24horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Responsável: Gabriela Sabrina da Silva Souza

Contato telefônico: (14) 996464195 E-mail: gabriela.souza@estudante.ufscar

Endereço para contato (8h às 12h e 14h às 18h):

Pesquisador Responsável (orientador): Sabrina Mazo D’Affonseca

Contato telefônico: (16) 991153073 E-mail: samazo@ufscar.br

Endereço: Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (Laprev), UFSCar, Rodovia Washington Luiz, Km 235, São Carlos-SP.

Eu, _____ [nome do(a) participante], entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer nessa pesquisa. Entendi que posso aceitar ou recusar participar da pesquisa e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma justificativa e que ninguém vai ficar chateado. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas. Então, eu vou dizer verbalmente para a pesquisadora se quero ou não participar da pesquisa e ela irá assinalar a minha resposta na casela abaixo, correspondente à resposta da pergunta:

Você concorda em participar da pesquisa “As percepções de crianças e adolescentes sobre o acolhimento em Casa Lar”?

Sim, eu concordo em participar desta pesquisa.

Não, eu não concordo em participar desta pesquisa.

ANEXO 3 - Roteiro de entrevista

Jovens gestantes e jovens mães

Pesquisadora: Gabriela Sabrina da Silva Souza

Data:

Início:

Término:

Tópico 1: Identificação

Nome:

Idade:

Data de nascimento:

Sexo:

Etnia:

Escolaridade:

Estado civil:

Religião:

Exerce trabalho remunerado? Qual?

Tópico 2: Serviço de Acolhimento em Casa Lar

A quanto tempo você está na Casa Lar?

Como você se dá com cuidadores?

Como você se dá com as outras jovens acolhidas?

Você teve suporte/ajuda de outras pessoas que não estão na Casa Lar?

Atualmente, você entende o motivo para estar afastado(a) de sua família? (pai/mãe/irmãos)
Qual?

Tópico 3: Família de origem

Você tem irmãos? Como é o seu relacionamento com o pai/mãe/irmãos?

Você recebe visitas da sua família (pai, mãe, irmãos) ou tem contato com eles?

Que sentimentos você sente quando pensa na sua família?

Para você, o que significa família?

Tópico 4: Rotina/dia a dia

Como é a rotina em um dia comum na Casa Lar?

Que mudanças você percebe na rotina depois que você veio morar na Casa Lar?

Como é a divisão das tarefas dentro de Casa Lar? Você também participa dessas atividades?

Você tem amigos(as)? Quantos?

Quem é o seu melhor amigo(a)?

Onde você se encontra com seu melhor amigo(a)?

Que tipos de coisas vocês gostam de fazer juntos(as)?

O que você acha da escola?

Você gosta da sua escola? Por quê?

Você se considera uma boa aluna?

Você acha que tem algum problema na escola? Qual?

Que tipos de coisas você gosta de fazer?

Que coisas fazem você se sentir bem? (por exemplo: tomar sorvete, desenhar...)

O que você faz quando não está na escola?

Que outras atividades você faz? [cursos etc.]

Tópico: A gravidez

É a sua primeira gravidez?

Qual o tempo de gestação? [se tiver filho, como foi o parto?]

Como está sendo a sua gestação? [se tiver filho(a), como tem sido a relação com o(a) filho(a)]

Você sabe quem é o pai da criança?

Como foi descobrir a gravidez?

Como a sua família reagiu?

Foi necessário cuidado especial durante a gestação?

Fez o pré-natal?

Tópico: Estado emocional

O que você mais gosta na sua situação atual? E o que você menos gosta?

Quem são as pessoas mais importantes para você? Porque você acha que são importantes?

Com quem você conversa quando está chateado?

Com quem você falaria se tivesse um problema?

Você dorme bem? Por quê?

Você se alimenta bem? Por quê?

Você gostaria de mudar alguma coisa em você? Por quê?

Qual foi o dia mais triste de sua vida? O que aconteceu?

Qual foi o dia mais feliz e o que aconteceu?

Você se considera triste ou alegre?

Tópico: Expectativas para o futuro

Qual o seu projeto de vida? Que planos você tem para o futuro? O que você quer ser quando crescer?

Se tivesse uma varinha mágica e pudesse fazer três desejos, o que pediria?

Tópico: Resposta à entrevista:

Quer contar mais alguma coisa? O que?

Quer fazer alguma pergunta? Qual?

Jovens egressas do acolhimento

Pesquisadora: Gabriela Sabrina da Silva Souza

Data:

Início:

Término:

Tópico 1: Identificação

Nome:

Idade:

Data de nascimento:

Sexo:

Etnia:

Escolaridade:

Estado civil:

Religião:

Exerce trabalho remunerado? Qual?

Tópico 2: Serviço de Acolhimento em Casa Lar

Por quanto tempo você esteve na Casa Lar?

Como você se dava com os cuidadores?

Como você se dava com as outras jovens acolhidas?

Você teve suporte/ajuda de outras pessoas que não estavam na Casa Lar?

Atualmente, você entende o motivo pelo qual estava afastada de sua família?
(pai/mãe/irmãos). Qual?

Tópico 3: Família de origem

Você tem irmãos? Como é o seu relacionamento com o pai/mãe/irmãos?

Você recebia visitas da sua família (pai, mãe, irmãos) ou tinha contato com eles no acolhimento?

Que sentimentos você sente quando pensa na sua família?

Para você, o que significa família?

Tópico 4: Rotina/dia a dia

Como era a rotina em um dia comum na Casa Lar?

Como era a divisão das tarefas dentro de Casa Lar? Você também participava dessas atividades?

Você tem amigos(as)? Quantos?

Quem é o seu melhor amigo(a)?

Onde você se encontra com seu melhor amigo(a)?

Que tipos de coisas vocês gostam de fazer juntos(as)?

Você estuda atualmente?

[Se estudar] você gosta da sua escola? Por quê?

[Se estudar] você se considera uma boa aluna?

Você acha que tem algum problema na escola? Qual?

Que tipos de coisas você gosta de fazer?

Que coisas fazem você se sentir bem? (por exemplo: tomar sorvete, desenhar...)

O que você faz quando não está na escola?

PULAR PRA ESSA QUESTAO AQUI SE ELA NÃO ESTUDAR >> Que outras atividades você faz? [cursos etc.]

Tópico: A gravidez

É a sua primeira gravidez?

Qual o tempo de gestação? [se tiver filho, como foi o parto?]

Como está sendo a sua gestação? [se tiver filho(a), como tem sido a relação com o(a) filho(a)]

Você sabe quem é o pai da criança?

Como foi descobrir a gravidez?

Como a sua família reagiu?

Foi necessário cuidado especial durante a gestação?

Fez o pré-natal?

Tópico: Estado emocional

O que você mais gostava quando você estava na casa? E o que você menos gostava?

Quem são as pessoas mais importantes para você? Porque você acha que são importantes?

Com quem você conversa quando está chateado?

Com quem você falaria se tivesse um problema?

Você dorme bem? Por quê?

Você se alimenta bem? Por quê?

Você gostaria de mudar alguma coisa em você? Por quê?

Qual foi o dia mais triste de sua vida? O que aconteceu?

Qual foi o dia mais feliz e o que aconteceu?

Você se considera triste ou alegre?

Tópico: Expectativas para o futuro

Qual o seu projeto de vida? Que planos você tem para o futuro? O que você quer ser quando crescer?

Se tivesse uma varinha mágica e pudesse fazer três desejos, o que pediria?

Tópico: Resposta à entrevista:

Quer contar mais alguma coisa? O que?

Quer fazer alguma pergunta? Qual?